

DESAFIOS PARA O GESTOR DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: integrar ou incluir alunos com deficiência na era tecnológica.

Janiara de Lima Medeiros¹

RESUMO

As características e a finalidade da Educação Inclusiva fazem dela tão complexa a ponto de mistificar ou confundir educadores – identificados também como gestores de ensino - frente ao desenvolvimento dos processos educacionais em diferentes instituições e metodologias de ensino. É de fundamental importância que consigamos identificar e diferenciar educação inclusiva da integrada e seu posicionamento diante da era tecnológica, aproveitando os ganhos oportunizados com inclusão digital.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação Integrada. Educação Especial. Inclusão Digital.

1 INTRODUÇÃO

O princípio da Inclusão norteia as Diretrizes Nacionais da Educação Especial para Educação Básica e trata da relevância do entendimento das diferenças individuais. Esclarece também que não são os alunos com deficiência que devem se adaptar à escola, mas a escola é quem deve se adaptar a esses alunos.

O desconhecido traz inseguranças e a incerteza de eficiência nos resultados preestabelecidos. Portanto, não somente pais e educadores como também políticos interessados no assunto e autoridades educacionais devem ver de forma otimista os avanços conceituais e contribuições teóricas e práticas em prol do atendimento às pessoas com deficiência.

Identificar as diferenças deve ser o primeiro passo para a inclusão dessas pessoas à educação de forma a superar barreiras que, numa visão imatura, poderiam impedir que todos os níveis de ensino e suas modalidades fossem cursados com a desejada autonomia discente. Ressalta-se que se trata de todos os níveis de ensino, desde a alfabetização à formação profissional, tanto no ensino presencial quanto na educação a distância.

No âmbito da sociedade globalizada e em incontroláveis mudanças, onde todas as pessoas participam simultaneamente de ações e reações de reconfigurações políticas, econômicas e culturais, é preciso pensar e agir em favor de incluir todas as pessoas nos processos sociais.

¹ 2º Tenente do Exército Brasileiro, atua como professora de Português para militares estrangeiros no Centro de Idiomas do Exército (CIdEx) e nos cursos do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC). Especialista em Psicopedagogia Institucional e em Gestão de Recursos Humanos, Pós-graduada em Gestão EaD e possui MBA Executivo em Marketing. E-mail: jmedeiros@ccpi.com.br.

Para tanto, é de fundamental importância que consigamos identificar e diferenciar educação inclusiva da integrada e seu posicionamento diante da era tecnológica, aproveitando os ganhos oportunizados com inclusão digital. E, uma vez que podemos sintetizar estes conceitos em objetivos educacionais de autonomia e interatividade a partir da diversidade, é fundamental clarificar os conceitos de Educação Inclusiva ou Educação Especial.

Após a Constituição de 1988, o Brasil começou a se preocupar com o atendimento educacional a pessoas com deficiência, identificado como Educação Especial. Por consequência, foram editadas leis nas quais se compreende a acessibilidade da criança com deficiência na escola tradicional. Em 1990, após a promulgação da Constituição, foi reforçado esse direito no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que mantém essa modalidade educacional como parte da educação geral. Há, desde então, várias iniciativas brasileiras que buscam integrar os alunos de diferentes níveis de ensino à escola. No entanto, a evolução legal e/ou cultural preserva dúvidas quanto ao entendimento e a diferenciação dos conceitos: Educação Integrada *versus* Educação Inclusiva.

É possível vislumbrar a evolução das teorias e conceitos em que, inicialmente, apresentava o princípio de um modelo pedagógico integracionista que buscava com que a escola oferecesse meios para que o aluno se adaptasse, e não o inverso. Assim, não é por descuido que os termos inclusivo e integrado são empregados como se tivessem o mesmo sentido. Contudo, filosoficamente tratadas, essas expressões possuem conceitos distintos.

À integração pressupõe que, para que todos os alunos obtenham sucesso, é preciso que o estudante com deficiência seja habilitado ao sistema escolar e, conseqüentemente, seja integrado à escola.

Todos os alunos são iguais? Não! A percepção da inclusão é mais sociológica, na qual se pressupõe que o aluno com deficiência é tão diferente quanto outras crianças e, portanto, o sistema deve se adequar a cada aluno independente de ter ou não alguma deficiência.

Não somente as atitudes negativas das pessoas que desconhecem o assunto, como o alto custo, a pobreza, a discriminação e a dependência dos responsáveis/cuidadores são alguns dos desafios encontrados no Brasil para a Educação Inclusiva.

Ao mesmo tempo em que o custo é um desafio preponderante, entender que qualquer valor financeiro é, na verdade, um investimento necessário para a ampliação e fortalecimento das propostas e ações em desenvolvimento, favorece as estratégias para a implementação de salas de aula com recursos multifuncionais, acessibilidade a transporte e infraestrutura, material didático, formação continuada do docente, entre outras ferramentas indispensáveis.

Portanto, ao tratar de investimentos e adequação ao cenário social em que se deseja incluir o aluno-cidadão-profissional, a tecnologia apresenta-se como amiga indispensável no processo de ensino-aprendizagem deste público. Em consequência, a visão do gestor educacional deve ser

ampliada no contexto da acessibilidade digital face aos desafios e oportunidades para a educação inclusiva.

Este trabalho tem como principal objetivo a apresentação de uma visão geral conceitual e, em seguida, apresentar possibilidades da inclusão digital para alunos com deficiência a partir da quebra de paradigmas e transposição de desafios em oportunidades. Destacam-se os seguintes objetivos específicos: contribuir com conteúdos pedagógicos subsidiando filosófica e tecnicamente o processo de evolução do sistema educacional brasileiro em um sistema inclusivo; aprofundar a abordagem da inclusão, sensibilizando a sociedade e a comunidade escolar; e provocar reflexões significativas em gestores e educadores no trato com as diferenças.

2 EDUCAÇÃO PARA INCLUIR OU PARA INTEGRAR

A percepção da Educação Especial foi, por muito tempo, norteadada pelo princípio da Educação Integral. Nesse processo, o discente deve ser integrado à escola e esta é responsável por viabilizar instrumentos ao aluno especial. Ou seja, o educando adequa-se à escola e não a escola ao aluno.

É oportuno esclarecer que a Educação Especial está organizada para atender especificamente aos alunos com determinada deficiência. Há escolas que, por ter pessoal e recursos especializados, optam por atender somente aos alunos com deficiência. Ou seja, de forma geral, essa educação lida específica e exclusivamente com alunos que não são objetivo primordial da escola tradicional.

Portanto, temos a Educação Especial como um campo especializado numa área de conhecimento ou também pode ser uma área de atuação pedagógica. Assim, não devem ser confundidos os ensinos especial e inclusivo. A educação especial cuidará do aluno, atendendo-o fora do ensino tradicional.

Rodrigues (2003, p. 89), afirma que “a integração pressupõe uma ‘participação tutelada’, uma estrutura com valores próprios aos quais o aluno ‘integrado’ tem se que adaptar.” Todos nós somos diferentes, essas diferenças são o que nos singulariza e, portanto, para que possamos nos inserir a quaisquer ambientes, nós devemos reconhecer tais diferenças e aprender as regras de convivência. Da mesma maneira em que nós (vulgarmente identificados como normais) temos diferenças inclusive no processo de aprendizagem, é evidente que alunos com deficiência terão outras fragilidades e consequentes necessidades para apoio no processo educativo.

Segundo Rodrigues (2003, p.92), “quando se fala de escola integrativa trata-se de uma escola em tudo semelhante a uma escola tradicional, em que os alunos com deficiência (os alunos com outros tipos de dificuldades eram ignorados) recebiam um tratamento especial”. Portanto,

faltava nesse modelo a compreensão de que todos os alunos são diferentes e, portanto, todos devem receber seu atendimento de forma individual e especial.

Problematizando essas diferenças indiscutíveis a cada ser humano independente de sexo, cor, idade, crença, profissão etc. Rodrigues (2003, p. 95) ainda afirma que “o certo é que não só os alunos são diferentes, mas os professores são também diferentes, e ser diferente é uma característica humana comum, e não um atributo (negativo) de alguns”.

É oportuno falarmos também que, da mesma forma em que há alunos deficientes que estamos incluindo no processo de ensino-aprendizagem e que, futuramente, farão parte da população economicamente ativa no mercado de trabalho, provavelmente alguns desses poderão engrenar na carreira docente. E aí? A escola também integrará o professor deficiente? Questionar não somente a matéria-prima que temos hoje (alunos) como também nosso produto pronto (profissionais) é também fundamental para uma visão holística do modelo de Integração, entre outros aspectos.

Nesse contexto, a educação desenvolve-se na medida em que o aluno se adapta à escola. Ou seja, o aluno com deficiência precisa se adaptar aos padrões e processos da escola em que não se identifica o respeito às diferenças e individualidades. Os profissionais envolvidos no processo não estão preparados para esse tipo de atendimento e, portanto, todos os planejamentos e metodologias são direcionados à finalidade do processo, não pensando no seu trajeto.

Surge, então, uma nova forma de pensar e um novo modelo em que a escola necessita estar preparada com infraestrutura física e profissional capacitado para atender cada aluno em sua individualidade, com suas diferenças, inclusive os deficientes: a educação inclusiva. Segundo Stainback e Stainback (1999, p. 21),

A educação inclusiva pode ser definida como “a prática da inclusão de todos” – independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas.

É possível observarmos nesse conceito, consciente da diversidade e dos obstáculos, que ao oferecer recursos que atendam às diferenças, a educação trabalha também a autonomia do aluno oportunizando reflexões práticas entre alunos sem deficiências em relação aos estudantes com deficiência. Dessa forma, os educadores favorecem o desenvolvimento da autonomia discente objetivando emancipá-los. Conforme Rodrigues (2003, p. 95),

O conceito de Inclusão no âmbito específico da Educação implica, antes de mais, rejeitar por princípio a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de Educação Inclusiva (EI), desenvolver políticas, culturas e práticas que valorizam o contributo activo de cada aluno para a construção de um conhecimento construído e partilhado e, dessa forma, atingir a qualidade académica e sociocultural sem discriminação.

Entender que a riqueza está nas diferenças já é um primeiro passo. Em consequência, novas estratégias de ensino têm sido discutidas, como também diversas melhorias nas propostas educacionais que reflitam no futuro cidadão incluído como um todo na sociedade.

A escola, na missão de compartilhar o conhecimento concreto e abstrato como sentidos e emoções, desenvolvendo senso crítico dos educandos por meio de trocas de experiências e formação de valores (ainda que não verbalizados), entende que está plantando uma semente que vai refletir numa sociedade mais justa, que compreende e inclui os diferentes.

O desenvolvimento das escolas inclusivas implica modificações substanciais na prática educativa, desenvolvendo uma pedagogia centrada na criança e capaz de dar respostas às necessidades de todas as crianças, incluindo aquelas que apresentam incapacidade grave. (BLANCO, 1998, p. 127).

Entender que a riqueza está nas diferenças já é um primeiro passo. Em consequência, novas estratégias de ensino têm sido discutidas, como também diversas melhorias nas propostas educacionais que reflitam no futuro cidadão inserido em todos os ambientes. Esse direito incondicional do ser humano de atuar no mesmo universo social, científico e cultural não depende de regras preestabelecidas, sejam pela escola, família ou sociedade em geral.

Compreendendo que há uma distância conceitual e prática entre Educação Integrada (na qual o aluno precisa adaptar-se à escola) e Educação Inclusiva (em que a escola está previamente preparada para receber alunos diferentes), os líderes educacionais devem incentivar incansavelmente que os educadores envolvidos no processo sejam também gestores de pesquisas e da própria capacitação contínua, utilizando novas práticas que viabilizem a inclusão de todos com todos e por todos, pensando também na família, alunos e comunidade escolar.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVAE INCLUSÃO DIGITAL

É certo que a evolução tecnológica contribui para todas as áreas do saber e não obstante deixaria de atender ao desafio da Educação Inclusiva. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) são promitentes para colocar em prática e fortalecer esse modelo educacional. Temos, então, a Inclusão Digital que é exatamente esta intenção de assegurar para todas as pessoas o acesso às TIC, principalmente os indivíduos que não possuem recursos financeiros para tal. Logo, a proposta é fazer o casamento perfeito ao utilizar as TIC para facilitar o processo de ensino-aprendizagem na Educação Inclusiva.

Os recursos das TIC são ilimitáveis e propiciam a produção de recursos facilitadores de forma geral aos diversos alunos e professores, inclusive os deficientes e que, portanto, necessitam de apoio específico. Obviamente, os educadores - atuantes principais no processo de ensino-aprendizagem e maiores clientes por promoverem a educação inclusiva – são mais desafiados na

utilização dos novos recursos didático-pedagógicos e, conseqüentemente, merecem uma atenção muito especial.

Muitos líderes de instituições de ensino pensam em propostas e projetos que favoreçam a educação inclusiva entendendo as necessidades dos alunos com deficiência e como fazer para que os objetivos pedagógicos sejam atingidos. Contudo, esquecem que os docentes são atores fundamentais neste processo por estarem à frente da sala de aula e em todos os momentos com os alunos, também fora do ambiente tradicional de aprendizagem. Neste sentido, o professor deve ser visto como um gestor do ensino, pois, mais do que operacionalizar, ele estará responsável pela direção do processo como um todo. Sendo assim, pensar em tecnologia como algo inevitável no cotidiano escolar é uma forma de começar a investir nesse educador. Ao oferecerem ferramentas adequadas às necessidades individuais, as tecnologias potencializam o desenvolvimento do docente, do discente e o desempenho acadêmico de cada um.

O Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008), dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), destacando, entre outros objetivos, a elaboração e utilização de recursos de acessibilidade organizados pedagogicamente para que respondam aos ajustes necessários à aprendizagem efetiva dos alunos que possuem necessidades.

É natural procurarmos recursos que visam apoiar pessoas com uma deficiência específica: sejam cegos, surdos, autistas, deficientes físicos ou intelectuais, entre outros. Ou seja, mesmo tendo a mesma deficiência, não é possível agrupar pessoas com deficientes em comum e, por meio dessas categorias, selecionar uma tecnologia adequada. Da mesma forma em que todos os alunos (mesmo os que não possuem deficiência) não são iguais, os educandos com deficiência também são diferentes entre si.

Ainda conforme o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008), o AEE deve ser implantado através de várias formas. Dentre elas destaca-se para nosso estudo a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado realizado nas salas de recursos multifuncionais. A Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação identifica as salas de recursos multifuncionais como:

[...] espaços da escola onde se realiza o Atendimento Educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas num novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008)

Sendo assim, é reforçada, mais uma vez, a necessidade de capacitação do docente para que este utilize adequadamente os recursos multifuncionais adequadamente para cada aluno acompanhado no AEE. Neste cenário, encontramos a Tecnologia Assistiva (TA): “expressão utilizada para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou

ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiências e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão.” (SCHIRMER *et al*, 2007, p. 31)

O Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), estabelecido no Brasil por meio da Portaria nº 142, de 16 de novembro de 2006, apresenta o seguinte conceito:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (PORTARIA nº142, 2006)

Ao tomar conhecimento da Tecnologia Assistiva (TA), os educadores vislumbram a facilidade no processo, iludindo-se ao concluir precocemente que já tenha dado tudo certo e gerando uma expectativa que poderá ser frustrada, visto que só a TA não garante a solução. Entendendo que somente a TA é insuficiente para resolver a questão da inclusão dos alunos com deficiência garantindo ensino com qualidade, é necessário analisar a aplicação da Tecnologia Assistiva a partir da atuação do Atendimento Educacional Especializado.

Partindo deste pensamento, o gestor educacional poderá avaliar vários fatores sobre o aluno enquanto ser humano individual e único e qual o objetivo pretendido com a tecnologia a ser implementada na sala de recursos multifuncionais. Somente assim será eficiente e com maior probabilidade de sucesso a seleção e execução da TA proposta.

4 PERFIL DO GESTOR EDUCACIONAL: UM PROFESSOR QUE SUPERA EXPECTATIVAS

Segundo o Art. 13 da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que estabelece as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, são estas as atribuições do professor que atua neste serviço:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade pedagógicas inclusivas;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

A identidade pessoal é construída a partir da infância, realizada na socialização em grupos, onde há diferenças marcantes, sejam físicas, intelectuais ou de idade, cor, credo, sexo, social, entre outras. Nessa fase, surgem as oportunidades para a criança ser desafiada, testar seus limites e aprender. Desta forma, o professor exerce o papel fundamental como instrutor que fará uma conexão entre a história do aluno e sua experiência. Logo, essa percepção psicológica e afetiva está além dos livros de didática que os docentes estudam em seu período de formação, vão também além da sua experiência de mundo. É preciso que, independente de quaisquer coisas, o docente – gestor da educação dos seus alunos seja apaixonado por sua vocação.

As diferenças de conhecimento em uma turma teoricamente homogênea já propiciam questionamentos, cooperação e trocas. Em uma classe heterogênea, também do ponto de vista de idade e nível de conhecimento teórico, essa riqueza de aprendizado ainda é maior. A aceitação das desigualdades pelos alunos entre si depende muito da atuação do professor, que não direcione a correção dos alunos (principalmente dos alunos com deficiência), mas sim manifeste o potencial deles diante dos colegas, exercendo assim a pedagogia inclusiva.

Desta forma, entende-se que o professor age na qualidade de mediador ensinando os primeiros passos que serão alicerçados para a vida do aluno. Diariamente a missão e o prazer do gestor é avaliar os comportamentos, ritmos e experiências individuais e dar significado às capacidades de cada aluno.

Nesta perspectiva, a escola como um todo deve solidificar o respeito às diferenças, valorizando cada potencial e realizações dos alunos com e/ou sem deficiência e em cumprimento a propostas de atividades para trabalhos em grupo, também evidenciar os resultados do coletivo. Na visão de uma escola inclusiva, o ambiente escolar deve ser o mais próximo da sociedade ali representada com a maior diversidade dos indivíduos que a constitui.

O professor – só de formação - não é capaz de trazer à tona as teorias aprendidas e praticá-las cotidianamente, até porque a receita do bolo está pronta, mas as medidas dos ingredientes podem variar de forma para forma. Já o professor por vocação tem a missão pessoal de estudar a receita do bolo, rever os ingredientes, variar as medidas para cada forma e, eventualmente, dar um toque diferenciado para a entrega de um bolo conforme o pedido do cliente. Um professor que supera as expectativas traz consigo a consciência de que a receita pode ser igual, mas nunca entregará o mesmo bolo e, quanto mais ele aperfeiçoa sua receita, mais descobre ingredientes, medidas e sabores.

Esse é o gestor educacional, líder da sua história e mediador da construção da história de vida dos seus alunos, quem cumprirá sua função social na construção da cidadania por meio dos

conhecimentos, habilidades e atitudes compartilhados em que ninguém é excluído e a deficiência – sejam quais forem – não serão muros, mas pontes para a permanência dos alunos na escola em contínuo progresso.

5 DESAFIOS OU OPORTUNIDADES?

Referenciando Strieder e Zimmermann (2010), a educação inclusiva deseja compreender e aceitar o outro na sua individualidade. Naturalmente isso requer mudanças tanto teóricas quanto práticas educacionais e possibilita passos à sociedade inclusiva. Por isso, quando se trata de educação inclusiva, a ideia de que os alunos devem se adaptar à normalidade para uma eficiente aprendizagem e para que façam diferença positiva ao contribuírem para o mundo deve ser descartada.

Não é possível mais, se quer mencionar, aquela concepção ultrapassada de seres humanos ideais. Portanto, a escola é a primeira instituição – após a família – que não deve distinguir seres humanos, mantendo paradigmas obsoletos e, comprovadamente, irreais e ilegais.

Durante a formação escolar ocorre a construção do conhecimento para a vida, torna-se mais coordenada a percepção de que todos fora do ambiente institucional de ensino possuem ritmos físico e intelectual distintos. O mundo possui padrões preestabelecidos e faz com que todos vivam em uma zona de conforto tamanha de forma que, embora a escola inclusiva não faça distinções, a sociedade - pronta e repleta de padrões - faz. As diferenças comparadas do cotidiano e escolar e fora dele trazem a percepção de desvios ou desestabilidade.

De acordo com Morin (1989 *apud* STRIEDER; ZIMMERMANN, 2010, p. 145), é necessário “proteger o desvio”. Embora haja um grande poder social que reproduz padrões, é fundamental não impedir essa força reprodutora de padronizações e manter o favorecimento aos ditos desvios, criando assim espaços para discussões.

Muitas barreiras existem para a educação inclusiva que são exaustivamente objeto de debate por parte dos pais de alunos com deficiência e educadores. Um fato é a falta ou menor importância com que se observam e tratam as crianças com deficiência que não vão à escola. A questão da acessibilidade que envolve uma reestruturação física e de pessoal na instituição escolar também é um fator relevante, pois impacta diretamente em custos (lamentavelmente nesse ponto de vista não são vistos como investimentos). O tamanho das turmas, uma vez sanados os obstáculos acima, também resultam em atitudes negativas. Não diferente de escolas regulares com turmas cheias (ou salas pequenas ao unificar mais de uma turma quando da falta de professor) integra a relação desafios, além da própria discriminação em que muitas pessoas com deficiência são tratadas por falta da conscientização e processo educativo anterior dos agentes de atendimento do ensino. A

baixa renda familiar também dificulta o processo, uma vez que a escola por si só não pode sustentar necessidades básicas dos alunos que vão impactar no seu rendimento escolar. E por falar em família, é o caso de destacar a alta dependência de algumas pessoas com deficiência – sobretudo as crianças – com seus responsáveis.

Identificar estatisticamente os maiores problemas, analisá-los e elencá-los em proposta perseverante dotada de metas e prazos bem definidos, traz à tona esperança às oportunidades provenientes das tecnologias. De acordo com Alba e Sánchez Hípola (1996, p. 352), a utilização adequada das TIC no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência pode ser analisada nos seguintes moldes:

-]a) utilização das TIC para favorecer a realização de atividades escolares cotidianas;
- b) uso do computador como recurso didático;
- c) aplicação da informática no momento do desenvolvimento de conteúdos curriculares;
- d) recurso terapêutico no tratamento das alterações ou deficiências existentes.

Ao apresentar resumidamente estes problemas como desafios, destaca-se o fato de não estarem restritos somente às escolas públicas, como também presentes nas privadas, em que investimentos são revisados em função não somente do custo-benefício como também em relação ao contexto socioeconômico atual do país.

No geral, para que os problemas sejam vistos como oportunidades e estas sejam efetivadas em melhorias, mudanças precisam ocorrer de forma com que a atuação de alunos com ou sem deficiência, professores e comunidade escolar considerem a dignidade e as diferenças. As distintas capacidades enriquecem e ampliam as perspectivas positivas dos resultados educacionais. E, desta forma, muda-se o foco das características individuais dos alunos para a visão institucional que deve objetivar serviços e recursos igualitária e adequadamente para todos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considerando o referencial teórico e o esclarecimento de conceitos primários no que diz respeito à Educação Inclusiva, fica claro que a condição à qualidade no processo educacional requer desafios que precisam de dedicação física e mental dos educadores. Ao avaliarem continuamente as diferenças e sua capacidade de atuar com os alunos e responsáveis, os professores conquistam maior credibilidade diante da grandeza desses desafios e reflexos em oportunidades que trarão à vida do aluno ações positivas realizadas principalmente em sala de aula.

A Educação Inclusiva busca atender as diferenças totais de todos os alunos nas escolas regulares. Este objetivo pode ser atingido através de um ambiente escolar acolhedor e fundamentado no respeito, onde as diferenças são vistas como algo positivo e agregador.

É importante destacar que o educador exerce papel extremamente estratégico não só na construção do conhecimento dentro de sala aula, mas como uma referência que será peça fundamental na construção da vida do aluno enquanto ser humano. A inclusão digital será uma aliada didática que contribuirá no processo educacional.

Transformar a educação brasileira em educação inclusiva é um grande desafio que ultrapassa a necessidade de novas estratégias de ensino. São necessárias muitas mudanças para que alunos com ou sem deficiência e educadores respeitem a diversidade entre si e para com os outros. De uma forma mais ampla, buscaram-se ações que viabilizem a reforma na educação como um todo, bem como o aprimoramento dos programas de ensino e, conseqüentemente, medidas atualizadas em prol da justiça social. Portanto, ao compreender e significar que a riqueza está nas diferenças é, de verdade, mudar o foco da educação como um fim a ser atingido, que não é estático e não se limita jamais.

Esta pesquisa não teve a pretensão de esgotar o assunto, mas direcionar aqueles que queiram se aprofundar nele, e destacar alguns pontos de reflexão sobre desafios e oportunidades na educação rumo à efetiva inclusão de todos.

REFERÊNCIAS

ALBA PASTOR, C.; SÁNCHEZ HÍPOLA, M. P. La utilización de los recursos tecnológicos em contextos educativos como respuesta a la diversidad. In: GALLEGO, C.; ALONOSO (Coords.) **Integración curricular de los recursos tecnológicos**. Barcelona: Oikos-Tau, 1996. p. 351-376.

ASSISTIVA TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO. Disponível em:
<<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso: 29 jun.2017.

BLANCO, R. Aprendiendo en la Diversidad: implicaciones educativas. In: 3 CONGRESSO CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Anais...** v.1 Foz do Iguaçu: Paraná, 1998, p.14.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4/2009. Institui as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 out. 2009. Seção 1, p. 17.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 maio 2006. Seção 1, p. 11.

_____. **Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: 2008.

GONZÁLEZ, J. A. T. **Educação e diversidade**: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Portaria 142/2006.** <http://www.sdh.gov.br/>. Acesso em 01 de julho de 2017.

RODRIGUES, David. Educação inclusiva: as boas notícias e as más notícias. In: _____. (Org) **Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade.** Porto: Porto Editora, 2003, p.89-101.

RODRIGUES, D. Desenvolver a educação inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional. In: _____. (Org.). **Investigação em educação inclusiva.** Cruz Quebrada: Faculdade de Motricidade Humana, 2007. v. 2, p. 37-38.

RODRIGUES, D. Tecnologias da informação e comunicação e necessidades especiais: o lado do problema e o lado da solução. **Revista de Educação Especial e Reabilitação**, v. 5, n. 3, p. 57-68, 1999.

SCHIRMER, C.R. et al. **Atendimento educacional especializado: deficiência física.** Brasília, DF: Cromos, 2007.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

STRIEDER, R.; ZIMMERMANN, R. L. G. **A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem.** Disponível em: <www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/10_a_inclusao_cp10.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

TEIXEIRA, E. C. A. Educação e novas tecnologias: o papel do professor diante desse cenário de inovações. **Webartigos**, [S.l.], 24 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/43328/1/EDUCACAO-E-NOVAS-TECNOLOGIAS-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-DIANTE-DESSE-CENARIO-DE-INOVACOES/pagina1.html>>. Acesso em: 17 ago. 2010.